MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E DINÂMICA ECONÔMICA: RENDA, INCLUSÃO E CIDADANIA EMPRESARIAL

INDIVIDUAL MICROENTREPRENEUR AND ECONOMIC DYNAMICS: INCOME, INCLUSION AND CORPORATE CITIZENSHIP

Julia Ribeiro Lima¹
Brenda Kathlen Tomaz de Oliveira²
Carlos Roberto Souza Carmo³

RESUMO:

Ao reunir elementos jurídicos, econômicos e sociais, este artigo propõe uma análise crítica acerca do regime do microempreendedor individual (MEI) como instrumento de política pública e vetor de transformação estrutural. Partindo do princípio que a simplificação administrativa, aliada à redução de custos e obrigações, pode estimular a formalização voluntária e sustentável de microempreendedores, esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar como o MEI pode constituir-se em uma ponte entre a informalidade e a regularização produtiva, contribuindo para a inclusão social e cidadania econômica, além de impactar positivamente na ampliação da base tributária nos níveis federal, estadual e municipal. Utilizando método fenomenológico este estudo foi orientado por uma abordagem descritiva e analítica, considerando o presente artigo científico como instrumento de classificação, definição e interpretação dos elementos centrais acerca do tema analisado. Ao final, foi possível observar que muito mais que uma solução paliativa à informalidade, o MEI é um instrumento valioso enquanto plataforma de cidadania econômica. Observou-se ainda que, apesar dos riscos inerentes à responsabilidade ilimitada e das limitações quanto ao crescimento escalável, o MEI tem se mostrado um instrumento de alto valor estratégico, especialmente quando inserido em políticas públicas mais amplas, que combinem capacitação, acesso a mercados, incentivo à transição para modelos empresariais mais robustos e acompanhamento técnico. Contudo, a permanência prolongada nesse regime pode se tornar um fator de estagnação, se não houver estímulos efetivos para que o empreendedor amplie sua atividade e migre, quando for o caso, para regimes empresariais mais robustos e compatíveis com seu crescimento.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7939-4164>. e-mail: juliarl@ufu.br.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2430-0315>. e-mail: brendatomazdeoliveira@ufu.br.

³ Doutor pela Universidade Estadual Paulista "Júlio, de Mesquita Filho" (UNESP) (2020). Mestre em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2008). Especialização em Ciência de Dados e *Big Data Analytics* (2024). Especialização em *Data Mining* (2024). Especialização em Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Python (2023). MBA em Controladoria e Finanças (2001). Bacharel em Ciências Contábeis (1999). Professor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU). e-mail: carlosjj2004@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3806-9228>.

PALAVRAS-CHAVE: informalidade; empreendedorismo; MEI; crítica.

ABSTRACT:

By bringing together legal, economic and social elements, this article proposes a critical analysis of the individual microentrepreneur (MEI) regime as a public policy instrument and vector for structural transformation. Based on the principle that administrative simplification, combined with cost and obligation reduction, can stimulate the voluntary and sustainable formalization of microentrepreneurs, this research had as its general objective to evaluate how the MEI can constitute a bridge between informality and productive regularization, contributing to social inclusion and economic citizenship, in addition to positively impacting the expansion of the tax base at the federal, state and municipal levels. Using a phenomenological method, this study was guided by a descriptive and analytical approach, considering this scientific article as an instrument for classification, definition and interpretation of the central elements regarding the analyzed theme. In the end, it was possible to observe that much more than a palliative solution to informality, the MEI is a valuable instrument as a platform for economic citizenship. It was also observed that, despite the risks inherent in unlimited liability and the limitations on scalable growth, the MEI has proven to be an instrument of high strategic value, especially when inserted into broader public policies that combine training, access to markets, incentives for the transition to more robust business models, and technical support. However, remaining in this regime for a long time can become a factor of stagnation if there are no effective incentives for the entrepreneur to expand his/her activity and migrate, when appropriate, to more robust business regimes compatible with his/her growth.

KEY-WORDS: informality; entrepreneurship; MEI; criticism.

1 Introdução

A informalidade constitui uma das principais marcas estruturais do mercado brasileiro, afetando diretamente a capacidade de milhões de indivíduos exercerem suas atividades com segurança jurídica, acesso à seguridade social e inserção plena na vida econômica. Ainda que presente em diferentes segmentos e regiões, esse fenômeno atinge especialmente os trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, frequentemente excluídos dos circuitos formais pela complexidade burocrática e pela rigidez dos sistemas tributário e empresarial. Nesse contexto, o enfrentamento da informalidade exige políticas públicas que conciliem flexibilidade operacional e inclusão regulatória, permitindo que empreendimentos de pequeno porte ingressem gradativamente na legalidade sem perder sua capacidade de adaptação.

A criação do regime do microempreendedor individual (MEI) surgiu em resposta a uma demanda histórica do brasileiro por soluções mais acessíveis à formalização. Ao permitir que indivíduos que atuavam informalmente pudessem se registrar como empresários individuais, com obrigações reduzidas e benefícios previdenciários, o MEI reconfigura o papel do Estado na promoção da inclusão produtiva. Essa medida representa uma inflexão institucional que busca transformar a precariedade em possibilidade, oferecendo um caminho de regularização compatível com a realidade de empreendedores de baixa renda.

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo geral avaliar como o MEI pode caracterizar-se como uma ponte entre a informalidade e a regularização produtiva, contribuindo para a inclusão social e a cidadania econômica, além de impactar positivamente na ampliação da base tributária em diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, parte-se do princípio de que a simplificação administrativa aliada à redução de custos e obrigações pode estimular a formalização voluntária e sustentável de microempreendedores.

Este estudo se justifica empiricamente pela crescente adesão ao regime do MEI nas últimas décadas, o que pode indicar que milhares de brasileiros identificam nessa figura jurídica um mecanismo viável de transformação econômica. Ao permitir acesso a direitos previdenciários, linhas de crédito, possibilidade de emissão de notas fiscais e contratação de um empregado, o MEI oferece uma plataforma mínima de formalização que pode gerar efeitos concretos sobre a renda, a estabilidade e a dignidade desses trabalhadores.

No plano social, a importância dessa investigação está relacionada à necessidade de se consolidar uma cultura de empreendedorismo formal, especialmente em comunidades periféricas e regiões menos favorecidas, nas quais o trabalho informal é frequentemente a única alternativa de sobrevivência. Nesse sentido, a formalização não representa apenas o cumprimento de obrigações legais, mas a possibilidade concreta de ascensão social e fortalecimento das redes econômicas locais.

De uma maneira geral, ao ampliar de maneira significativa a base de arrecadação de tributos, ainda que em montantes reduzidos individualmente, o MEI cumpre um papel estratégico na gestão fiscal do Estado. Essa capilaridade tributária contribui para a distribuição mais equitativa da carga fiscal e fortalece o pacto federativo, pois permite que entes federais, estaduais e municipais participem dos benefícios gerados por essa categoria de contribuintes.

Por fim, esta pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico e institucional sobre os caminhos possíveis de superação da informalidade empresarial que marca o cenário brasileiro. Examinar a efetividade e os limites do regime do MEI é uma forma de pensar alternativas concretas de desenvolvimento inclusivo, na justiça fiscal e na reconstrução de vínculos entre Estado e sociedade.

2 Referencial Teórico

De acordo com o Código Civil (Brasil, 2002), o empresário é aquele que conduz atividades de maneira profissional com o propósito de obter lucro, seja por meio da comercialização de produtos ou da prestação de serviços. Dessa forma, caso a atuação empresarial seja sua profissão, é necessário que ele se registre formalmente conforme determina a legislação vigente. Nesse contexto, surge a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Brasil, 2006).

Com o objetivo de reduzir a informalidade e estimular o empreendedorismo, foi instituída a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (Borges, 2022; Santana; Ribeiro, 2023). Essa legislação, amplamente conhecida como a lei do Microempreendedor Individual (MEI), criou a figura do Microempreendedor Individual (Brasil, 2008). Dessa maneira, a formalização jurídica promovida pela LC 128/2008 pode ser entendida de forma simplificada como a junção do trabalhador autônomo, que atua por conta própria, à pessoa jurídica, permitindo sua legalização como pequeno empresário (Borges, 2022; Curty *et al.*, 2024; Santos; Britto, 2023).

Conforme prevê o artigo 967 do Código Civil (Lei nº 10.406), o indivíduo que deseja formalizar-se como empresário deve registrar-se no órgão competente do Registro Público de Empresas Mercantis no local onde sua empresa está sediada (Brasil, 2002). Por outro lado, o artigo 981 da mesma legislação define a sociedade empresária como aquela formada por indivíduos que, por meio de contrato, se comprometem a estruturar uma organização para a comercialização de produtos ou serviços (Brasil, 2002). Dessa maneira, o Microempreendedor Individual (MEI) caracteriza-se como empresário individual, visto que não há associação com outras pessoas para a constituição de uma sociedade.

Outro aspecto relevante diz respeito à distinção entre MEI e sociedade empresária no que concerne à responsabilidade patrimonial. No caso do empresário individual, seus bens pessoais podem ser usados para quitar débitos adquiridos (Brasil, 2002). Por outro lado, na sociedade empresária, essa responsabilidade varia conforme o tipo de contrato societário firmado. Por exemplo, na Sociedade Limitada (LTDA), os sócios têm sua responsabilidade restrita ao valor das quotas que detêm, sendo a integralização do capital uma obrigação de todos os integrantes. Já na Sociedade Anônima (S/A), cada sócio responde pela parte do capital proporcional ao número de ações que possui (Brasil, 2002).

O impacto das micro e pequenas empresas na economia nacional é evidente, tanto na geração de empregos e renda quanto na promoção de inovação e no atendimento de demandas emergentes das comunidades onde atuam (Borges, 2022; Santana; Ribeiro, 2023). No entanto, a tributação dessas empresas deve estar alinhada com sua capacidade financeira. Por esse motivo, a legislação estabelece um regime diferenciado e simplificado para tais negócios, buscando a equidade fiscal ao ajustar a carga tributária conforme sua geração de riqueza (Oliveira *et al.*, 2024; Santos; Britto, 2023).

A criação da legislação do MEI também está relacionada à ampliação da arrecadação fiscal pelo Estado. A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, unifica o pagamento de tributos devidos pelas empresas enquadradas no Simples Nacional, como o MEI, por meio de um documento único chamado Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), cujos valores são fixos e vinculados ao salário mínimo vigente (Curty *et al.*, 2024; Santana; Ribeiro, 2023; Silva *et al.*, 2023). Essa simplificação contribui para a formalização e incentiva pequenas empresas a manterem sua regularização fiscal.

Além da tributação, outro fator relevante na formalização como MEI é a seguridade social. A LC 128/2008 determina que o microempreendedor individual realize a contribuição ao INSS, garantindo assim acesso aos benefícios previdenciários, tais como aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte (Martins; Silva, 2022; Santos; Britto, 2023; Silva *et al.*, 2023). Dessa forma, o Estado amplia sua base de contribuintes para a Previdência Social, enquanto os trabalhadores anteriormente informais passam a ter seus direitos assegurados.

Vale ressaltar, ainda, que o MEI é um mecanismo de desenvolvimento social e econômico. Inicialmente concebido como um programa voltado à formalização fiscal, sua função expandiu-se para a inclusão social e o fortalecimento do mercado. O incentivo à

formalização de pequenos negócios permite a criação de empregos formais, estimula inovações, fomenta a competitividade e acelera o crescimento sustentável, especialmente em nível regional, aumentando as chances de sucesso empresarial (Borges, 2022; Martins; Silva, 2022; Oliveira *et al.*, 2024). Assim, tanto os microempreendedores quanto o Estado se beneficiam dessa regulamentação.

Entretanto, o empresário que optar pelo regime de MEI deve observar as restrições estabelecidas, sob pena de desenquadramento obrigatório caso ultrapasse os limites fixados. O MEI não pode: participar de outra empresa como sócio, administrador ou titular; abrir filial; admitir sócios; contratar empregados com salários acima do permitido; exceder o faturamento anual; ou exercer atividades vedadas ao enquadramento como MEI. A mudança de categoria empresarial pode ocorrer voluntariamente, por desejo de expansão, ou compulsoriamente, caso as regras do regime não sejam respeitadas (Dworak; Santiago; Silva, 2023; Feltran *et al.*, 2022; Prado; Barros; Acuña, 2022).

Dessa forma, é fundamental que o empreendedor conheça as diretrizes do MEI antes da formalização. Segundo a LC 123/2006, o limite máximo de faturamento anual é de R\$ 81.000,00, correspondendo a R\$ 6.750,00 por mês, e só podem ser exercidas atividades previamente estabelecidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (Brasil, 2006). É permitida a contratação de um único empregado, que deve receber o salário mínimo ou piso da categoria, com exceção de casos de afastamento, nos quais se autoriza temporariamente a admissão de mais um funcionário, conforme as diretrizes do Ministério do Trabalho (Brasil, 2006). Esses critérios reforçam o propósito do MEI de viabilizar a formalização de pequenos empresários, garantindo simplicidade, baixo custo e facilidade de gestão.

3 Metodologia de Pesquisa

O desenvolvimento metodológico deste artigo científico analítico foi orientado por um recorte teórico e empírico, adotando um delineamento qualitativo com base no objetivo geral de investigar como o regime do microempreendedor individual (MEI) pode mediar a transição entre informalidade e formalização produtiva. Para tanto, partiu-se da premissa de que a realidade a ser estudada é complexa e multifacetada, sendo impossível abarcar sua totalidade. Assim, apoiando-se em fundamentos epistemológicos, delimitou-se o objeto de

estudo, reconhecendo que toda ciência seleciona elementos relevantes, concentrando-se em aspectos específicos e deixando outros de lado, ainda que sob hipóteses ou abstrações (Lakatos; Marconi, 2011).

O estudo adotou uma perspectiva crítica, ancorada no materialismo histórico como referencial teórico. A realidade social foi compreendida como um processo em constante transformação, no qual sujeito e objeto se influenciam mutuamente, sendo o conhecimento fruto dessa interação dialética (Martins, 2000). Nesse contexto, analisou-se o papel do MEI não apenas como instrumento jurídico-formal, mas como categoria inserida em um processo socioeconômico dinâmico, refletindo as tensões e contradições entre os interesses do Estado, do mercado e dos trabalhadores informais que buscam inclusão produtiva e cidadania econômica.

A escolha pelo método fenomenológico também foi estratégica, pois se reconheceu que a compreensão do fenômeno do MEI exigia um distanciamento das análises já cristalizadas. Procurou-se questionar pressupostos existentes, valorizando o inusitado e dando centralidade às percepções e sentidos atribuídos pelos próprios microempreendedores à sua experiência de formalização (Martins, 2000). Com isso, o estudo se afastou de verdades predefinidas, promovendo uma reflexão contínua sobre os significados atribuídos à inclusão produtiva e seus desdobramentos na vida cotidiana.

Com base nessas premissas, a pesquisa foi orientada por uma abordagem descritiva e analítica, considerando o artigo científico como instrumento de classificação, definição e interpretação dos elementos centrais do tema (Oliveira *et al.*, 2003). Assim, o texto estruturou-se a partir da definição do regime jurídico do MEI, seguido da apresentação de suas principais características, abrangência e impacto sobre a formalização de atividades econômicas. Foram evidenciadas as relações entre o MEI e o alargamento da base tributária, com observações nos níveis federal, estadual e municipal, articulando essas dimensões ao contexto da cidadania fiscal e econômica.

Por fim, as análises criticamente desenvolvidas nesta investigação buscaram interpretar dados e fatos à luz da interlocução entre teoria e prática, mediante a análise crítica da realidade e as evidências empíricas observadas. O entrelaçamento entre o olhar fenomenológico e a crítica materialista permitiu compreender o MEI como política pública e como expressão da busca por novos arranjos de inclusão produtiva em uma sociedade marcada pela informalidade estrutural.

4 Análise e Discussão dos Resultados

A informalidade no Brasil representa simultaneamente um sintoma e uma causa de fragilidades estruturais. Ela decorre em grande medida da alta carga tributária, da complexidade do sistema regulatório e da baixa qualificação da força de trabalho, mas não só desses fatores. Embora movimentem uma parte significativa da economia, empreendedores informais operam à margem da proteção legal, sem acesso adequado à seguridade social, crédito estruturado e políticas públicas de fomento.

Para reverter esse quadro é necessário que o estímulo ao empreendedorismo vá além do incentivo pontual ou da desoneração fiscal; é preciso criar um ecossistema sustentável que favoreça a inovação, a capacitação técnica e o acesso ao crédito com juros compatíveis à realidade dos pequenos negócios. Porém, a despeito da vocação empreendedora brasileira, o que se observa em grande medida é que tais iniciativas nascem da necessidade, e não da oportunidade, ou seja, por desemprego ou falta de opções. Nesse contexto, o estímulo ao empreendedorismo exige políticas públicas que combinem educação empreendedora desde os níveis básicos, políticas de simplificação tributária, ambientes regulatórios desburocratizados e redes de apoio técnico.

O ponto de convergência entre a redução da informalidade e o impulsionamento do empreendedorismo reside na formalização produtiva, por meio da facilitação à transição do informal para o formal. E, para tanto, entre outros fatores são necessários: processos de formalização simples; custos proporcionais; e, benefícios claros. Pois, só assim, a economia conseguirá obter ganhos em produtividade, arrecadação e proteção social.

Nesse sentido, a legislação que instituiu o MEI representou um avanço na tentativa de mitigar os efeitos deletérios da informalidade. Ao oferecer um regime simplificado de formalização, com obrigações fiscais e previdenciárias acessíveis e compatíveis com a realidade de trabalhadores por conta própria e pequenos prestadores de serviço, o MEI passou a ser uma porta de entrada estratégica para a economia formal.

A relevância do MEI se expressa pela quebra de barreiras burocráticas, tributárias e psicológicas, que há um bom tempo afastam trabalhadores informais da regularidade. Mediante um processo de registro descomplicado, custos mensais previsíveis e acesso imediato ao CNPJ, o MEI oferece uma alternativa viável, especialmente em regiões onde a informalidade ainda é a regra.

Em relação ao estímulo ao empreendedorismo, o MEI pode atuar como catalisador da transição do empreendedor por necessidade para o empreendedor de oportunidade. Pois, ao permitir o acesso a crédito bancário, viabilizar a emissão de nota fiscal e a participação em licitações públicas, esse regime oferece instrumentos que permitem o crescimento orgânico dos negócios.

Mais do que regularizar, o MEI pode fundar-se como um meio para o empoderamento do empreendedor brasileiro, uma vez que ele tem a capacidade de inserir o cidadão no radar das políticas públicas, ampliando suas redes de negócio e introduzindo no imaginário coletivo a ideia de que empreender pode e deve ser compatível com a legalidade. Se bem comunicado, o MEI tem capacidade para transformar-se em um vetor de mobilidade econômica ascendente.

Ao atuar como um instrumento de formalização simplificada que permite que milhões de brasileiros acessem o universo da legalidade econômica, o MEI introduz uma transformação de *status*: o cidadão informal passa a ser reconhecido como agente produtivo, com CNPJ, direitos previdenciários e acesso a serviços bancários e públicos. Esse processo de inclusão produtiva amplia a noção de cidadania, na qual o indivíduo não é apenas consumidor ou eleitor, uma vez que ele passa a ser ator na dinâmica econômica formal e um sujeito ativo na geração de renda, pagamento impostos e com acesso a políticas públicas de apoio.

A formalização de microempreendedores individuais pode dinamizar as economias locais por meio do aumento da circulação de bens e serviços que, mesmo em escala reduzida, cria um efeito multiplicador na economia. Por exemplo, um encanador formalizado compra insumos no bairro onde mora e/ou atua profissionalmente, contrata um ajudante, emite notas fiscais e participa de redes comerciais, e tudo isso tende a fortalecer a capilaridade econômica. Sendo que, essa dinâmica é particularmente relevante em zonas onde grandes empresas não se instalam e o Estado tem presença limitada.

Ainda que o MEI por si só não ofereça capacitação técnica, ele pode funcionar como um marco de transição psicologicamente estimulante, marcado pela passagem de trabalhador informal para o pequeno empresário. Essa mudança de mentalidade pode ser propulsora de novas competências, isto é, o empreendedor começa a se preocupar com gestão, fluxo de caixa, atendimento ao cliente e inovação, entre tantas outras questões.

Além disso, ao operar na formalidade, o empreendedor passa a ter estímulos e incentivos para sua qualificação, passa a participar de cursos, acessar crédito e expandir

sua rede de relacionamentos comerciais. Tudo isso contribui para o desenvolvimento de capital humano em larga escala, o que é essencial para a mobilidade socioeconômica e a capacitação gerencial.

Contudo, esse “mar de rosas” não está imune a “tempestades” que podem ser devastadoras, demandando especial atenção para alguns pontos que podem ser considerados fatores críticos para sucesso ou insucesso do microempendedor. Por exemplo, o teto de faturamento limitado e a vedação à contratação de mais de um funcionário restringem a escalabilidade do negócio. Além disso, setores mais dinâmicos da economia exigem estrutura organizacional e tributária mais complexas, por consequência, a passagem evolutiva do MEI para outros regimes de tributação pode impor um custo abrupto, para o qual o empresário pode não estar preparado.

Outro ponto de atenção, muito observado nos últimos anos, é a utilização indevida do MEI por parte de empresas contratantes por meio da “pejotização” que, além de terceirizar o vínculo empregatício para reduzir custos, esvazia parte do potencial inclusivo da legislação, tanto a trabalhista quanto a legislação aplicada ao microempendedor individual. Logo, para que o MEI cumpra plenamente seu papel é necessário uma fiscalização inteligente, a implementação de políticas de transição progressiva para regimes fiscais e tipos societários superiores, e ainda, o suporte contínuo à profissionalização do empreendedor.

Sob a perspectiva do estado, a criação do MEI também tem seus méritos, indo além daquela cidadania econômica. Ou seja, ao incorporar economicamente milhões de trabalhadores que antes estavam completamente fora do sistema tributário, a instituição de um regime simplificado, como o MEI, estimula a formalização voluntária e, portanto, impulsiona o alargamento da base de contribuintes, mesmo que com baixa carga unitária. De forma mais clara: embora o valor arrecadado por cada MEI seja modesto, o impacto agregado tem potencial de promover a “fidelização tributária” ao longo do tempo. Assim, a arrecadação gerada pelos MEI tende a ser mais estável e previsível, mesmo que inicialmente pequena.

Para a União, o MEI representa uma estratégia eficiente de inclusão fiscal com baixo custo administrativo, já que parte das contribuições recolhidas compõe tributos federais, como o INSS e o Imposto de Renda (em casos específicos), ampliando a

arrecadação previdenciária e fomentando uma cultura contributiva. Além disso, ao formalizar trabalhadores por conta própria, o Estado cria condições para que esses indivíduos se tornem economicamente mais ativos, com acesso a crédito e possibilidade de crescimento do negócio, o que pode transbordar para faixas tributárias mais altas, a médio prazo.

Do médio para o longo prazo, o MEI pode funcionar como um mecanismo de entrada que com potencial para gerar “ascensões fiscais graduais”; por meio das quais os empreendedores atuantes como MEI evoluem para microempresas e empresas de pequeno porte, o que os leva a contribuir em níveis mais elevados e complexos do sistema tributário. E isso pode contribuir significativamente para a sustentabilidade fiscal.

Em nível estadual e municipal, a participação da arrecadação proveniente do MEI é mais modesta, contudo, ainda assim é estratégica. Estados e municípios se beneficiam, respectivamente, por meio da cota-parte do ICMS e do ISSQN, cujo recolhimento está embutido na contribuição mensal do MEI. Dessa maneira, o aumento no número de contribuintes formais pode representar incremento real de receitas locais, especialmente em municípios com alta informalidade.

Contudo, o impacto efetivo sobre as finanças estaduais e municipais depende da capacidade desses entes subnacionais de integrar os MEI às cadeias econômicas locais, oferecendo-lhes capacitação e evitando a formalização disfarçada pelo uso indevido da figura do MEI. Em outras palavras, é necessário que o MEI seja parte de uma estratégia de desenvolvimento local e não apenas um “registro fiscal”.

Do ponto de vista fiscal, o MEI pode ser entendido como uma política voltada para a arrecadação baseada em volume e frequência. Ao promover inclusão, cidadania fiscal e transição ordenada da economia informal para a formalidade produtiva, o MEI não resolve os problemas estruturais de arrecadação pública, todavia, ele contribui para a sustentabilidade desse sistema no longo prazo.

Além disso, vale lembrar que muito mais que uma solução paliativa à informalidade, o MEI é um instrumento valioso enquanto plataforma de cidadania econômica. Sua efetividade dependerá do seu alinhamento com uma agenda pública mais ampla, que envolva educação empreendedora, capacitação técnica, evolução progressiva da formalização e apoio à sua continuidade por meio de modalidades societárias com regimes tributários especialmente pensados para o empresário individual que vier a se desenquadrar do MEI.

Apesar dos riscos inerentes à responsabilidade ilimitada – já que o MEI é um empresário individual para fins “socioempresariais” – e das limitações quanto ao crescimento escalável, o MEI tem se mostrado um instrumento de alto valor estratégico, especialmente quando inserido em políticas públicas mais amplas, que combinem capacitação, acesso a mercados, incentivo à transição para modelos empresariais mais robustos e acompanhamento técnico.

5 Considerações Finais

A formalização simplificada de pequenos empreendedores por meio de modelos acessíveis como o MEI representa uma inflexão importante no papel do Estado frente à economia popular. Essa modalidade jurídica abriu caminhos que antes eram inacessíveis para uma imensa parcela da população que buscava empreender, e encontrava barreiras insuperáveis na complexidade burocrática e tributária.

Ao transformar trabalhadores autônomos em agentes formais da economia, o MEI contribuiu para o resgate da dignidade laboral e para a ampliação das oportunidades de inserção social por vias econômicas legítimas. Essa transição institucional fortalece não apenas o empreendedor individual, mas também a estrutura econômica do país, ao democratizar o acesso à legalidade.

Por outro lado, é preciso reconhecer que as características jurídicas do MEI geram riscos relevantes, uma vez que a ausência de limitação da responsabilidade patrimonial expõe o empreendedor a consequências que podem comprometer severamente seus bens pessoais.

Apesar dessas limitações, o MEI cumpre um papel importante como etapa inicial para aqueles que iniciam sua trajetória empreendedora, e ainda, buscam fazê-lo de maneira formal. Ele oferece uma estrutura mínima de amparo e reconhecimento, e isso é particularmente importante em territórios marcados pela informalidade estrutural. A formalização passa a ser percebida muito além do que um mero obstáculo, portanto, como uma possibilidade concreta de progresso. Contudo, essa percepção precisa ser acompanhada por políticas de apoio contínuo e mecanismos de transição para modelos empresariais mais robustos, pois a permanência prolongada no regime do MEI pode acabar reforçando a estagnação, quando o ideal seria impulsionar o empreendedor.

A presença crescente do MEI em cadeias produtivas e de serviços locais pode favorecer a redistribuição equitativa da atividade econômica e, conseqüente, da renda gerada localmente. Ao gerar novos fluxos de circulação dessa renda e promover fortalecimento do tecido social, o dinamismo gerado por essa rede de pequenos negócios pode contribuir para a revitalização das economias regionais.

A consolidação de uma “cultura empreendedora formalizada” passa pelo reconhecimento do MEI como ponto de partida. Seu valor está relacionado à sua função de inserção, adaptação e elevação social por meio do trabalho produtivo. Nesse sentido, o MEI pode ser entendido muito mais como uma ponte, do que como um destino. Seu impacto positivo depende da combinação entre acesso inicial facilitado, consciência sobre seus limites, e ainda, pela implementação de políticas capazes de conduzir o empreendedor à de autonomia, proteção jurídica e à prosperidade econômica.

Referências

BORGES, M. A. D. A. e; Microempreendedor Individual: perfil dos donos das pequenas empresas que movem o Brasil. **Revista GeTec – Gestão, Tecnologia e Ciências**, [s. l.], v. 11, n 36, p. 1-p. final, 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2838>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 240, p. 1, 15 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 248, p. 1, 22 de dezembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

CURTY, L. M. A.; DAMASO, J. C. G., ANDRADE, L. P. de; DIAS, R. S. O., FURTADO, M. I. V. Microempreendedor individual: análise de perfil baseada no planejamento inicial do negócio. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas (REGMPE)**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/237867.9.3-4>. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/806>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DWORAK, A.; SANTIAGO, V. L.; SILVA, S. L.; A obrigatoriedade e as implicações de se mudar de Microempreendedor Individual (MEI) para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). **Revista Gestão & Saberes**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 55-72, 2023. Disponível em: <https://revistaonline.fasf.com.br/index.php/gestaoesaberes/article/view/42>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FELTRAN, A. A.; RODRIGUES, I. V.; SILVA, J. V. C. da; GUIDE, M. H.; URQUIZA, P.; RIBEIRO, G. Transição de Microempreendedor Individual para Microempresa: alterações necessárias para o processo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, [s.l.], v. 8, n. 10, p. 859-874, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i10.7204>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7204>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, S. M.; SILVA, E. A. da. Microempreendedor individual e suas particularidades. **Revista Altus Ciência**, João Pinheiro, v. 15, n. 15, p. 32-42, 2022. Disponível em: <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/46>. Acesso em: 21 jan. 2025.

OLIVEIRA, A. B. S. (Coord.); CECCONELLO, A. R.; BARBOSA, C. F.; CÉLICE, E. de S.; KOUNROUZAN, M. C.; DI GIORGI, W. A. B. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, C. N. de; MARTINS, C. A.; SANTIAGO, R.; BASTOS, A. T.; ANDRADE, P. A. R. de. A capacidade contributiva e justiça social: uma revisão bibliográfica a partir do simples nacional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento e Inovação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-p. final, 2024. Disponível em: <https://rbdin.com.br/index.php/revista/article/view/8>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PRADO, M. F.; BARROS, M. S.; ACUÑA, B. C. M. Cuidados na relação de clientela entre o contador externo e o MEI na região de ultrapassagem do limite de receita bruta. **Management Journal**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 21-34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6417.2022.002.0003>. Disponível em:

<https://www.sapientiae.com.br/index.php/managementjournal/article/view/185>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTANA, H. S. A. de; RIBEIRO, K. M. A. Avanços e desafios da legislação brasileira em relação aos microempreendedores individuais. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 4, n. 3, e-article e432845, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i3.2845>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2845>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANTOS, M. D. C. dos; BRITTO, J. Impactos da lei nº 128/2008 sobre a formalização das empresas: evidências para a lei do microempreendedor individual. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 142-172, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/29424>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SILVA, E. V. da; SILVA JUNIOR, G. C. da; PAZ, H. C.; LAURENTINO, G. K. S. C. A fuga da informalidade: o crescimento do microempreendedor individual. **Revista Caderno de Gestão e Empreendedorismo (CGE)**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 86-100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.32888/cge.v11i2.58632>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/58632>. Acesso em: 21 jan. 2025.